

A Educação de Base ou Fundamental: Conceito e Objetivos - Instantâneo do Brasil

VICENTE FERRER CORREIA LIMA

I — CONCEITO

NO conceito adotado pela UNESCO, a educação de base ou fundamental é:

“o mínimo de educação geral que tem por objetivo ajudar as crianças, adolescentes e adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma idéia exata dos seus direitos e deveres individuais e cívicos e a participarem eficazmente do progresso econômico e social da comunidade a que pertencem.” (1)

Esse tipo de educação exige, portanto, mais do que a simples construção de um prédio porque, além das matérias e características das escolas urbanas, inclui em suas atividades outros conhecimentos e práticas imprescindíveis aos que militam no campo. E' que a educação de base ou fundamental deve preocupar-se com o meio e o homem, ao mesmo tempo, para despertar neste último:

- 1.º) o verdadeiro sentido da vida rural;
- 2.º) a modificação de sua mentalidade para compreender a vida rural;
- 3.º) o espírito de cooperação voluntária na formação das atividades comunitárias;
- 4.º) o interesse pelas matérias básicas, sociais e vocacionais;

com o intuito precípuo de proporcionar a cada indivíduo aquêlo mínimo de educação geral indispensável ao desempenho de sua verdadeira função, na organização das grandes e pequenas comunidades rurais.

Conhecer o meio é possuir a idéia precisa e clara de seus problemas e encontrar para êstes as soluções mais oportunas, mais econômicas e sobretudo mais adequadas; enquanto que conhecer o homem é auscultar-lhe as necessidades a serem supridas, para que venha êle a entender aquêles problemas e capacitar-se para tomar iniciativas, a fim de solucioná-los, por si ou por intermédio da soma dos esforços comuns e espontâneos.

Dessa relação de conhecimentos é que surge a melhor técnica educativa a ser utilizada, segun-

do a sistematização do próprio processo de educação de base ou fundamental. Nesta etapa já se chegou à conclusão de que as necessidades a serem atendidas correspondem às exigências de interesses e problemas comuns a um grupo ou a uma região.

A atuação dos educadores se faz, por conseguinte, em uma comunidade, que se caracteriza por:

“um grupo de pessoas vinculadas por interesses e problemas comuns e animadas pelo espírito de solidariedade”. (2)

Não há dúvida que a educação de base só será eficiente quando e onde encontrar um grupo humano unido por dois fatores:

- 1.º) interesses e problemas comuns;
- 2.º) espírito de solidariedade;

Mesmo que tais requisitos estejam em estado panorâmico, são decisivos, cabendo aos educadores despertá-los na consciência dos comunitários.

II — OBJETIVOS

O primeiro objetivo dêsse processo educativo é a educação, em seu sentido estrito e lato, e não deve ser confundido com o “assistencialismo” que, segundo o técnico de Educação de Base, Diamantina Costa Conceição, é

“a forma mais conhecida de atender aos problemas individuais e sociais em serviços públicos ou particulares. Enquanto êsses serviços se instalam para dar ao indivíduo uma série de bens ou de situações, removendo, possivelmente, causas e efeitos de problemas imediatos ou de necessidades atuais, a educação de base se ajusta a ensinar a êsse indivíduo a compreender o valor de tais bens e a obtê-los por si mesmo, removendo assim causas e rotinas de baixo padrão de vida em função de problemas remotos ligado à cultura”. (3)

(2) Monografia apresentada ao Congresso. Panamericano de Serviços Sociais — México — Mario Goulart Reis, Diretor da Escola de Serviços Sociais de Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — pág. 3.

(3) Tese apresentada ao III Congresso Nacional de Municípios. A Campanha Nacional de Educação Rural e seu programa de dinamização dos Municípios brasileiros — pág. 6.

(1) of. UNESCO, Dec. 60/P.H.G. — Proyecto especial para la creación de una red mundial de centros regionales de educación fundamental.

Com essa finalidade parte-se para a modificação do sistema de cultura atual forçando-se o aperfeiçoamento dos costumes, a elevação do padrão e do gênero de vida das populações rurais, a introdução de novos métodos e práticas de trabalho, o fortalecimento da moral, da religião, do civismo e da capacidade profissional de cada indivíduo e, conseqüentemente, do grupo. E' a educação que se deve destinar, com a devida prioridade, às zonas pouco desenvolvidas.

A atividade do ensino rural, procura, dessa forma levar o homem a:

- 1.º) cuidar de sua saúde e de sua família;
- 2.º) descobrir, suas tendências e aspirações;
- 3.º) utilizar, com o auxílio da técnica e da economia, os recursos materiais que o cercam;
- 4.º) aprender a adquirir conhecimentos para aperfeiçoar sua personalidade;
- 5.º) obter o indispensável para viver com dignidade.

Atinge-se por êsse meio ao objetivo primordial traduzido pela valorização do homem, que passa a cooperar com os indivíduos ou entidades, tendo em vista a solução dos problemas da agricultura, da pecuária, da família e da própria comunidade. E' a obra de recuperação que credencia êsse mesmo homem a bem desempenhar seus deveres cívicos e sociais e a escolher o meio de vida que mais se coadune com as suas tendências e aspirações.

Fica, assim, o rurícola com a noção real de seu próprio valor, da convicção de sua independência e armado de uma personalidade capaz de arrancá-lo do terreno do servilismo e elevá-lo à categoria de verdadeiro cidadão que, desprezando o individualismo, se integra na vida comunitária.

O processo educativo de que se ocupa êste trabalho, tem o elevado mérito de ir ao encontro de sua clientela nos mais longínquos recantos, onde está

"o homem incapacitado ou enfraquecido em sua capacidade de manutenção própria (Self-help) para superar os problemas do meio;

e o meio incapacitado para proporcionar ao homem um mínimo de condições favoráveis ao desenvolvimento de sua vida social e, muito menos, capaz de cooperar para a consecução de seus direitos e ideais pessoais". (4)

Conclui-se que sua adoção em larga escala é um imperativo natural porque, além de outros benefícios, serve de instrumento de combate ao êxodo rural, grave fator hodierno de desajuste social.

III — INSTANTÂNEO DO BRASIL

O Ministério da Educação e Cultura, há cerca de três anos, resolveu voltar-se para a popula-

ção do interior do país, lançando a Campanha Nacional de Educação Rural, entregue, inicialmente, à Coordenação do professor José Artur Rios, moço que conhece e compreende as necessidades do meio e do homem rural brasileiro.

Ao começar seus trabalhos, logo se deparou êste jovem sociólogo patricio com as dificuldades da burocracia, que se sobrepõem sempre a qualquer forma objetiva adaptada à solução de problemas de interêsse coletivo. As leis são interpretadas ao saber do ponto de vista dos órgãos da administração por onde transitam os estudos e projetos e, invariavelmente, essa interpretação visa descobrir um empecilho à execução dos programas elaborados.

Mesmo assim, aquêle educador conseguiu formar algumas equipes e distribuí-las pelo interior do país, pondo à prova os excelentes processos de educação por êle preconizados. Obteve sucessos nessa fase experimental e, por isso mesmo, o seu entusiasmo pela obra em prol do sertanejo aumentou.

Ao lado das dificuldades burocráticas, decorrentes da plena aplicação de leis inéptas, outras foram encontradas entre as quais o combate surdo dos que não desejam o progresso do país, porque só pensam em si, apontando a Campanha Nacional de Educação Rural como fonte de desperdício de recursos. Apesar de tôda essa furia injustificada e da descontinuidade administrativa nesse setor, a Campanha, tendo à sua frente o ilustre professor Oscar Machado da Silva continuou o trabalho sereno, brilhante e silencioso iniciado anteriormente. Aproveitando-se da experiência passada, procurou êsse dinâmico mestre novos métodos e normas de administração, implantou-os e obteve melhores resultados. Infelizmente, a mesma onda negativista, que no Brasil sempre se ergue contra os que trabalham e produzem, tentou interromper o ritmo dêsse serviço.

O atual Ministro da Educação e Cultura convocou, nessa altura, um cidadão de São Paulo para o Departamento Nacional de Educação e ao mesmo cometeu o encargo de superintender a Campanha, uma das mais felizes iniciativas surgidas naquela Secretaria de Estado. Êsse cidadão recebeu a incumbência disposto a prosseguir na luta pela redenção de milhões de brasileiros, que apenas têm o direito de viver na miséria, apegados a preconceitos retrógados, e a morrer no mais absoluto abandono.

A decisão dêsse ilustre educador piratinigano, que ocupa função pública pela primeira vez, pôsto que sempre estêve a serviço do magistério particular, é um incentivo àqueles que se angustiam diante da maior calamidade pública nacional que é a falta de educação para essa coletividade indefesa.

Ao que parece, a julgar pelas atitudes até agora assumidas pelo professor Carlos Pasquale, as populações rurais brasileiras não serão injus-

(4) DIAMANTINA COSTA CONCEIÇÃO — *Op. citada*. — pág. 1.

tiçadas com a paralização dêsse trabalho educativo, que lhes proporcionará mais um direito, o de se integrarem na grande comunidade brasileira.

Está difinitivamente consagrado no Brasil, segundo se depreende do documentário da Campanha Nacional de Educação Rural, o

“processo móvel da técnica de Organização de Comunidade, por meio do qual se promove a educação de base junto ao povo, para a recuperação e o desenvolvimento das comunidades, com a participação dos próprios comunitários e por meio de motivações inerentes aos interesses coletivos”. (5)

As motivações utilizadas pela Campanha Nacional de Educação Rural, e que serão examinadas em outras oportunidades, são os seguintes:

a) ensino e demonstrações práticas de agricultura racional, indústrias rurais, marítimas, visando a elevação do nível econômico das populações;

b) incrementação e orientação de práticas do cooperativismo;

c) incrementação de hábitos de higiene, de trabalho, de economia, de recreação, de esporte, de civismo, de sociabilidade etc., através de clubes juvenis, clubes agrícolas, clubes recreativos, clubes femininos, bibliotecas, cursos diversos etc., fomentados pela Missão e organizados pelo povo.

A descentralização dessa tarefa se impõe porque é assunto que em nada interessa às Capitais. E' preciso obter a cooperação integral dos

(5) O Missioneiro — *Boletim da Campanha Nacional de Educação Rural*, n.º 5 — meses de julho e agosto — pág. 18.

municípios na recuperação de seus habitantes e de suas riquezas.

Das considerações aqui expendidas, resultam as conclusões abaixo:

IV — CONCLUSÕES

1. A educação de base ou fundamental adota técnicas educativas especiais e visa o meio e o homem ao mesmo tempo.

2. A educação de base ou fundamental só será eficiente quando e onde encontrar interesses e problemas comuns e espírito de solidariedade.

3. E' função dos educadores de base ou fundamental despertar de tais sentimentos quando em estado latente nos componentes da comunidade.

4. Os objetivos da educação de base ou fundamental são de educação e nunca de assistência; de transformação cultural e de valorização do homem.

5. Tais objetivos somente poderão ser alcançados quando os educadores forem ao encontro da clientela nas regiões subdesenvolvidas.

6. A Campanha Nacional de Educação Rural, do Ministério da Educação e Cultura, cumpre suas finalidades com a adoção de técnicas especiais, motivações adequadas, tipos de trabalho adredeamente escolhidos e mediante cooperação com os Estados, os Municípios, as Dioceses e outras entidades particulares.

7. E' serviço que deve ser descentralizado para a área municipal pelo sistema de acôrdo com os próprios municípios ou entidades civis e religiosas.